

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2021

**Energisa Goiás
Transmissora**



Relatório da Administração

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2021 e 2020. Colocamo-nos à disposição dos Senhores acionistas para esclarecimentos necessários. A Diretoria.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	12.869	205
Aplicação no Mercado Aberto	5.2	-	18.613
Concessionárias e Permissionárias	6	2.972	3.436
Tributos a recuperar	7	533	473
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	10	39.530	38.084
Outros créditos		2.603	2.405
Total do circulante		58.507	63.216
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	10	448.500	438.965
		448.500	438.965
Imobilizado		5	7
Intangível		19	31
Total do não circulante		448.524	439.003
Total do ativo		507.031	502.219

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA GOIAS TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Passivo			
Cirulante			
Fornecedores	11	10.303	14.482
Impostos e contribuições sociais	12	3.830	8.421
Dividendos a pagar	13.7	4.484	11.060
Outras contas a pagar		1.848	2.259
Total do circulante		20.465	36.222
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	12	16.647	13.489
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	13.311	11.505
Débitos com partes relacionadas	9	108.336	102.552
Total do não circulante		138.294	127.546
Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital			
Capital social	13.1	140.431	128.361
Reserva de capital	13.2	181	117
Reserva especial de dividendos	13.6	51.592	71.805
Reserva de lucros	13.4 e 13.6	156.068	126.098
		348.272	326.381
Recursos destinados a futuro aumento de capital	9	-	12.070
Total patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital		348.272	338.451
Total do passivo e patrimônio líquido		507.031	502.219

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA GOIAS TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2021	2020
Receita de infraestrutura, operação e manutenção, ganho de eficiência na implementação da infraestrutura e outras, líquidas		4.433	59.817
Remuneração dos ativos da concessão, líquida		49.044	44.190
Receita operacional líquida	14	53.477	104.007
Custo de operação	15	(3.671)	(36.571)
Lucro bruto		49.806	67.436
Despesas gerais e administrativas	15	(1.447)	(1.262)
Outras despesas		-	82
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		48.359	66.256
Receitas financeiras		392	158
Despesas financeiras		(7.500)	(3.067)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(7.108)	(2.909)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		41.251	63.347
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	(435)	(224)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	(1.511)	(4.149)
Lucro líquido do exercício		39.305	58.974
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	16	0,2900	0,5200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA GOIAS TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Lucro líquido do exercício	16	39.305	58.974
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		39.305	58.974

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

ENERGISA GOIAS TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	16	39.305	58.974
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	8	1.946	4.373
PIS & COFINS diferido	12	454	3.909
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		7.106	(2.364)
Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão		-	(26.277)
Amortização e Depreciação	15	14	15
Remuneração do ativo de contrato da concessão	10	(54.576)	(46.208)
Pagamento baseado em ações	13.2	64	78
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) Diminuição de tributos a recuperar	7	(60)	540
Diminuição Clientes		44.059	29.939
(Aumento) de outros créditos		(198)	(2.389)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
(Diminuição) aumento de fornecedores		(4.179)	9.488
(Diminuição) de tributos e contribuições sociais e tributos diferidos		(2.027)	(1.883)
(Diminuição) aumento de outras contas a pagar		(411)	1.667
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		31.497	29.862
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras e recursos vinculados		18.969	(18.462)
Aplicações em Linhas de Transmissão de Energia	10	-	(33.478)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos		18.969	(51.940)
Atividades de financiamento			
Partes relacionadas	9	(1.678)	10.037
Pagamento de dividendos		(36.124)	-
Recursos destinados a futuro aumento de capital	9	-	12.070
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamento		(37.802)	22.107
Varição líquida do caixa		12.664	29
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	5	205	176
Caixa mais equivalentes de caixa finais	5	12.869	205
Varição líquida do caixa		12.664	29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

ENERGISA GOIAS TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Geração do valor adicionado			
Receitas			
Remuneração do ativo de contrato da concessão	14	56.146	74.698
Receita de construção da infraestrutura	14	-	35.091
Outras receitas		-	1.130
		56.146	110.919
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais e serviços de terceiros	15	(4.081)	(2.955)
Outros custos operacionais	15	(174)	(33.917)
		(4.255)	(36.872)
Valor adicionado bruto		51.891	74.047
Retenções			
Depreciação e amortização	15	(14)	(14)
Valor adicionado líquido produzido		51.877	74.033
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		392	158
Valor adicionado a distribuir		52.269	74.191
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		401	511
Benefícios		-	64
FGTS		64	92
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		4.377	9.266
Estaduais		1	3
Obrigações Intra-setoriais		620	
Remuneração de capital de terceiros			
Juros		7.501	5.281
Remuneração de capitais próprios			
Reserva Legal		1.965	2.328
Dividendos		9.335	11.060
Reserva de retenção de lucros		28.005	33.181
Absorção de prejuízos		-	12.405
		52.269	74.191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA GOIAS TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Reserva especial de dividendos	Lucro (Prejuízos) acumulados	Recursos destinados e futuro aumento de capital	Total
			Legal	Retenção de lucros				
Saldos em 01 de janeiro de 2020	70.151	39	8.119	115.707	38.569	(12.405)	58.210	278.390
Aumento de capital conforme AGOE em 30/04/2021	13.1 58.210	-	-	-	-	-	(58.210)	-
Ajuste reserva legal de 2018	-	-	(222)	-	-	-	-	(222)
Ajuste reserva retenção de lucros de 2018	-	-	-	166	-	-	-	166
Ajuste reserva especial de dividendos de 2018	-	-	-	-	55	-	-	55
Programa de Remuneração Variável (ILP)	13.2 -	78	-	-	-	-	-	78
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	58.974	-	58.974
Proposta de destinação do lucro líquido:								
Reserva Legal	13.3 -	-	2.328	-	-	(2.328)	-	-
Dividendos	13.6 -	-	-	-	-	(11.060)	-	(11.060)
Reserva especial de dividendos	13.4 -	-	-	-	33.181	(33.181)	-	-
Recursos destinados a futuro aumento de capital	9 -	-	-	-	-	-	12.070	12.070
Saldos em 31 de dezembro de 2020	128.361	117	10.225	115.873	71.805	-	12.070	338.451
Aumento de capital conforme AGOE em 15/04/2021	13.1 12.070	-	-	-	-	-	(12.070)	-
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	(20.213)	-	-	(20.213)
Programa de Remuneração Variável (ILP)	13.2 -	64	-	-	-	-	-	64
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	39.305	-	39.305
Proposta de destinação do lucro líquido:								
Reserva Legal	13.3 -	-	1.965	-	-	(1.965)	-	-
Dividendos	13.6 -	-	-	-	-	(9.335)	-	(9.335)
Reserva de retenção de lucros	13.4 -	-	-	28.005	-	(28.005)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	140.431	181	12.190	143.878	51.592	-	-	348.272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. Balanço Social

ENERGISA GOIÁS TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2021						
(Em milhares de reais)						
2021			2020			
1 - Base de Cálculo						
Receita líquida (RL)			53.477			104.007
Resultado operacional (RO)			41.251			63.347
Folha de pagamento bruta (FPB)			370			1.387
2 - Indicadores Sociais Internos						
	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	-	0,00%	0,00%	42	3,03%	0,04%
Encargos sociais compulsórios	223	60,27%	0,42%	378	27,25%	0,36%
Previdência privada	25	6,76%	0,05%	45	3,24%	0,04%
Saúde	-	0,00%	0,00%	21	1,51%	0,02%
Segurança e saúde no trabalho	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	214	57,84%	0,40%	188	13,55%	0,18%
Outros	-	0,00%	0,00%	1	0,07%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	462	124,87%	0,87%	675	48,65%	0,64%
3 - Indicadores Sociais Externos						
	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	4.155	8,59%	7,77%	8.891	14,04%	8,55%
Total - Indicadores sociais externos	4.155	8,59%	7,77%	8.891	14,04%	8,55%
4 - Indicadores Ambientais						
	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	-	0,00%	0,00%	1.051	1,66%	1,01%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	546	1,13%	1,02%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	546	1,13%	1,02%	1.051	1,66%	1,01%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa			() não possui metas () cumpre de 51a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
2021			2020			
Nº de empregados(as) ao final do período			-			-
Nº de admissões durante o período			-			-
Nº de empregados(as) terceirizados(as)			-			-
Nº de estagiários(as)			-			-
Nº de empregados(as) acima de 45 anos			-			-
Nº de mulheres que trabalham na empresa			-			-
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			0,00%			0,00%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa			-			-
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)			0,00%			0,00%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais			-			-
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
2021			Metas 2022			
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa			-			-
Número total de acidentes de trabalho			-			-
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) +Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) +Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(x) segue as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa -	no Procon -	na Justiça -	na empresa -	no Procon -	na Justiça -
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa % -	no Procon % -	na Justiça % -	na empresa % -	no Procon % -	na Justiça % -
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2021: 52.269		Em 2020: 74.191			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	10% governo 1% colaboradores(as) 0% acionistas 14% terceiros 75% retido		12% governo 1% colaboradores(as) 15% acionistas 7% terceiros 65% retido			
7 - Outras Informações						
2021			2020			
7) Investimentos sociais			-			-

Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1 Contexto operacional

A Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A (“Companhia”), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, companhia integrante do Grupo Energisa é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de junho de 2017 e tem como objeto social explorar concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica.

1.1 Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 11 de agosto de 2017, foi assinado o contrato de concessão nº 24/2017 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 11 de agosto de 2047, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas no Estado de Goiás, compostas pela Linha de Transmissão Rio Verde Norte - Jatai, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 136 km, com origem na Subestação Rio Verde Norte e término na Subestação Jatai; pelo pátio novo de 230 kV na SE Rio Verde Norte, 500/230 kV, (6+1R) x 224 MVA, conexões de unidades de transmissão, entradas de linha, interligações de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

A controladora indireta Energisa S/A foi vencedora do lote do Leilão de Transmissão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) da concessão da linha de transmissão de Goiás (lote 3), ocorrido em 24 de abril de 2017, na Bovespa, em São Paulo.

Em 13 de março de 2020, a Companhia, iniciou suas operações energizando a linha de transmissão. A obra foi concluída em 31 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 17 meses frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória.

V - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e

VII - operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

1.2 Efeitos da Covid-19

Contexto

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também veem publicando diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Impactos observados em 2021

Em 2021, a pandemia da COVID-19 no Brasil apresentou picos de disseminação e mortes causados pelo vírus, principalmente nos primeiros seis meses do ano, permanecendo com elevados impactos negativos na sociedade, tanto no segmento econômico como no social. Os diversos agentes governamentais continuam a implementar medidas de isolamento social e campanhas de conscientização e de vacinação. Nos últimos meses a variante Omicron que tem incomodado, porém não tem trazido fortes impactos na atividade econômica global.

O crescente aumento da vacinação no país, tem contribuído significativamente pelo retorno das atividades operacionais e econômicas da população brasileira. Contudo, no fim de 2021, novas ondas de mortes e disseminação do vírus causaram aumento de preocupação nos principais mercados mundiais reacendendo as discussões na comunidade científica global quanto as consequências no controle da pandemia relacionadas a possíveis precipitações da retomada das atividades econômicas e nível baixo de vacinação da população mundial.

A Administração da Companhia segue monitorando os possíveis impactos da pandemia da COVID-19 em suas operações e avalia constantemente a eficácia das medidas protetivas adotadas com o intuito de mitigar tais riscos, sendo as principais ações adotadas estão listadas a seguir:

- Regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e ações de engajamento e saúde mental para líderes e colaboradores durante a pandemia. Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento com turnos alternados para evitar exposição a aglomerações;
- Acompanhamento dos contratos de empréstimos e financiamentos para identificação tempestiva de oportunidades de liquidações ou novas contratações com a finalidade de atenuar eventuais riscos de liquidez;
- Como forma de atenuar os efeitos da pandemia no Brasil e ciente de suas responsabilidades diante da sociedade, o Grupo Energisa criou o movimento Energia do Bem, iniciativa de mobilização nacional que inclui diferentes ações na sua área de concessão, com destaque para: doação de ventiladores pulmonares, custeio em obras hospitalares para aumento de novos leitos, distribuição de máscaras para população de alto risco, apoio financeiro a programas de fomento para aquecimento da economia e de programas sociais.

- No Grupo Energisa praticamente 100% dos colaboradores já foram vacinados com a 2ª dose da vacina contra COVID-19.

Não foram identificados outros impactos além dos mencionados acima. A Companhia segue comprometida com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, fornecedores, acionistas e das comunidades na região onde atua, bem como é orientada pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A Companhia avaliou suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19 ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme detalhado na nota explicativa 1.2, e concluiu que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de março de 2022.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 18.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 8 - Créditos tributários;
- II. Nota explicativa nº 10 - Concessão do serviço público (ativo de contrato); e
- III. Nota explicativa nº 18 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos;

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Principais políticas contábeis

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;
- b. **Instrumentos financeiros**

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem,

em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2021, compreendem, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- c. **Concessionárias e permissionárias** - refere-se aos valores de contas a receber de faturas emitidas pelo Uso do Sistema de Transmissão, contabilizada com base no regime de competência;
- d. **Ativo de contrato de concessão**- corresponde ao contrato de concessão nº 30/2018 do serviço público de transmissão de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e a Companhia. No qual, as características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, está atendido de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica.

Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo de contrato.

O valor do ativo contratual da sua Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 8% e 11% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

- e. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso em sua totalidade de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20) atendendo o período de construção e deliberação do seu contrato de concessão quanto a capitalização dos juros;

- f. **Imposto de renda e contribuição social** - a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

- g. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.
- h. **Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas da Companhia são:

- **Receita de construção e margem de construção:** refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento;
- **Remuneração do ativo de contrato:** refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 8% e 11% ao ano;
- **Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura:** refere-se aos ganhos que podem ser auferidos com certo grau de confiabilidade durante a construção da infraestrutura e também na energização do projeto, por refletirem algumas eventuais variações positivas ou negativas, tais como economias Capex na fase conclusão ou revisão positiva da RAP considera inicialmente no fluxo de recebimento e entrada em operação antecipada em relação ao prazo da ANEEL; e

- **Receita de operação e manutenção:** refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade da infraestrutura de transmissão.
- i. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- j. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com em ou após
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 38; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais	1º de janeiro de 2021
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Em 31 de março de 2021, o IASB estendeu até 30 de junho de 2022, a aplicação do expediente prático do IFRS 16, em decorrência de benefício concedidos à arrendatários ("lease concessions") em decorrência da pandemia de COVID-19	31 de março de 2021

A Companhia avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o período e não identificou até o momento qualquer impacto ou alterações em suas demonstrações financeiras.

4 Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5 Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1 Caixa e Equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira equivale a 65,0% do CDI (113,5% do CDI em 2020).

Descrição	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	145	170
Aplicações financeiras de liquidez imediata: Operações compromissadas	12.724	35
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante	12.869	205

5.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras foi constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos públicos, Letra Financeira do Tesouro (LFT), dentre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira foi (65,0% do CDI em 2020).

	2020
Fundo de Investimentos Exclusivos ⁽¹⁾	
Títulos públicos	7.024
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	6.980
Letra Financeira do Tesouro (LF)	3.634
Letra Financeira (LTN)	112
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	863
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	18.613

(1) Fundo de investimentos exclusivos inclui aplicações em Títulos Públicos, LFT, LF, LTN e NTNF foram remuneradas a 113,5% em 2020 do CDI no Fundo FI Energisa.

6 Concessionárias e Permissionárias

	2021	2020
Contas a receber com partes relacionadas	127	131
Contas a receber de demais clientes	2.845	3.305
Total - circulante	2.972	3.436

7 Tributos a recuperar

Descrição	2021	2020
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	148	88
Contribuição Social s/o Lucro - CSLL	57	57
Contribuições ao PIS e a COFINS	328	328
Total - circulante	533	473

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

8 Créditos tributários impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2021	2020
Passivo		
Imposto de renda	9.787	8.460
Contribuição social sobre o lucro líquido	3.524	3.045
Total	13.311	11.505
Total líquido - passivo não circulante	(13.311)	(11.505)

As diferenças temporárias, considerando a presunção do regime de tributação, são:

	2021		2020	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Concessão do serviço público - ativo de contrato	(39.151)	(13.311)	(33.839)	(11.505)
Total - Ativo (passivo) não circulante	(39.151)	(13.311)	(33.839)	(11.505)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

Regime lucro presumido	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas de operações com transmissão de energia	4.948	5.332	3.459	4.496
Receitas operacional bruta	49.044	49.044	89.261	89.261
Alíquotas de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre a receita bruta	4.319	6.525	7.418	11.251
Receitas da prestação de serviços	1.641	1.770	-	-
Alíquota de presunção	32%	12%	32%	12%
Lucro presumido sobre a prestação de serviço	525	212	-	-
Receitas financeiras	370	394	26	32
Total das Receitas sem presunção	370	394	26	32
Base de cálculo total	5.214	7.131	7.444	11.283
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	9%
Outros	-	-	(1.084)	(413)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(1.304)	(642)	(2.945)	(1.428)

9 Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Energisa Transmissão de Energia S/A (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias:

- Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;
- Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;
- Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;
- Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;
- Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A; e,

- Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A.

A Energisa Transmissão de Energia S/A é controlada pela ENERGISA S/A, que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias e empresas:

- Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB);
- Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia (EMG);
- Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO);
- Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE);
- Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF);
- Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO);
- Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC);
- Energisa Serviços Aéreos S/A;
- Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda;
- Energisa Soluções S/A (ESO);
- Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;
- Energisa Geração Usina Maurício S/A;
- Parque Eólico Sobradinho Ltda;
- Energisa Comercializadora de Energia Ltda; e,
- Voltz Capital S/A.

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados	Serviços prestados (4)	Saldo a pagar (fornecedores)	Clientes	Partes relacionadas (2)	Despesa com partes relacionadas	Recursos destinados a futuro aumento de capital (1)
Energisa Soluções S/A (3)	(3.204)	-	(249)	-	-	-	-
Energisa S/A	(155)	-	-	-	(108.336)	(7.462)	-
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	-	194	-	16	-	-	-
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	-	25	-	2	-	-	-
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	-	117	-	10	-	-	-
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	-	461	-	40	-	-	-
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	-	116	-	9	-	-	-
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	-	253	-	21	-	-	-
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	-	220	-	17	-	-	-
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S. A.	-	40	-	3	-	-	-
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	-	21	-	1	-	-	-
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	-	115	-	8	-	-	-
Energisa Para Transmissora de Energia I S/A	(1)	-	-	-	-	-	-
2021	(3.360)	1.562	(249)	127	(108.336)	(7.462)	-
2020	(5.020)	1.115	(136)	131	(102.552)	(4.893)	(12.070)

(1) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

(2) Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média de CDI +0,5914 a.a. (CDI +0,4084 a.a. em 2020).

(3) **Energisa Soluções S/A:** as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.

(4) Os serviços prestados referem-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão.

Remuneração dos administradores

	2021	2020
Remuneração dos membros da Diretoria	298	267
Outros Benefícios ^(a)	221	135

(a) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes relativas ao mês de dezembro foram de R\$25 e R\$25 (R\$25 e R\$25 em 2020), respectivamente. A remuneração média em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$25 (R\$25 em 2020).

Programa de Remuneração Variável - ILP

A Companhia ofereceu aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de três programas de concessão de ações em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP ⁽¹⁾	2º programa ILP	3º programa ILP	4º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações	1.768	1.552	1.499	2.225
Data de aprovação do Conselho de Administração	10 de maio de 2018	09 de maio de 2019	10 de fevereiro de 2021	13 de maio de 2021
Data do início <i>vesting</i>	02 de maio de 2018	10 de maio de 2019	21 de dezembro de 2020	14 de maio de 2021
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos
Taxa de juros livre de risco ⁽²⁾	8,2%	7,7%	5,27%	6,795%
Volatilidade ⁽³⁾	29,29%	25,06%	50,51%	35,09%
Valor justo na data da outorga	R\$44,35	R\$54,97	R\$43,69	R\$36,23
Movimentação	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação

1) Em 13 de maio de 2021, o Conselho de Administração da controladora Energisa S/A, aprovou a liquidação do 1º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo cujo montante foi de R\$63 representativo de 1.347 Units, já líquido de imposto de renda retido na fonte de responsabilidade do beneficiário.

2) Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2022). Para o 3º Programa: Taxa de juros = 5,27% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2023). Para o 4º Programa: Taxa de juros = 6,795% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2023).

3) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares") para o *Total Shareholder Return* TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2021 para os programas 2º, 3º e 4º. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (*Units*) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “*pro rata temporis*”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram contabilizados R\$88 (R\$78 em 2020) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas operacionais. O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumula em 31 de dezembro de 2021 R\$181 (R\$117 em 2020).

10 Concessão do serviço público (ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos contratuais, serão recebidos pelas Companhias através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foi identificada necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Descrição	EGO I
Linhas de Transmissão	LT 230 kV Rio Verde Norte - Jatai
Margem de construção	67,38%
Margem de operação e manutenção	11,39%
Taxa de remuneração	8% a 11% a.a.
Índice de correção dos contratos	IPCA
Custos incorridos	255.912
RAP anual	44.438
Ativo de contrato em 2019	402.848
Receita de remuneração do ativo de contrato	46.208
Receita das margens da obrigação de performance de construção	42.092
Receita de operação e manutenção	4.496
Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	(20.311)
Receita de construção da infraestrutura	35.091
Recebimento RAP	(33.375)
Ativo de contrato em 2020	477.049
Receita de remuneração do ativo de contrato	49.044
Receita de operação e manutenção	5.532
Recebimento RAP	(43.595)
Ativo de contrato em 2021	488.030
Circulante	39.530
Não Circulante	448.500

11 Fornecedores

	2021	2020
Serviços	10.303	14.482
Total - circulante	10.303	14.482

12 Impostos e Contribuições Sociais

	2021	2020
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	47
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.239	2.567
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	672	1.392
Contribuições ao PIS e a COFINS (*)	18.144	17.690
Encargos Sociais	137	85
Imposto de renda retido na fonte	245	100
Imposto sobre serviços - ISS	8	5
Tributos retidos na Fonte (PIS/COFINS/CSLL)	32	24
Total	20.477	21.910
Circulante	3.830	8.421
Não circulante	16.647	13.489

(*) PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre o Ativo Contratual constituído, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP - Receita Anual Permitida.

13 Patrimônio Líquido

13.1 Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R\$140.431 (R\$128.361 em 2020), representando 140.430.558 (128.360.558 em 2020) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 15 de abril de 2021 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$12.070, passando o capital social da Companhia de R\$128.361 para R\$140.431, com emissão de 12.070.000 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação. Todas as novas ações foram integralmente subscritas pela acionista Energisa Transmissão de Energia S.A. e integralizadas mediante a capitalização do saldo de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC da Energisa Transmissão de Energia S.A. registrados até 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$12.070.

13.2 Reserva de Capital

Em 31 de dezembro de 2021 inclui o montante de R\$181 (R\$117 em 2020) referente ao Programa Remuneração Variável implementado de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) (vide nota explicativa nº 9).

13.3 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

13.4 Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

O montante de reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$143.878 (R\$115.873 em 2020). Em 2021, foram retidos R\$28.005 com base no orçamento de capital a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

13.5 Limite de Reserva de Lucros

A Diretoria irá propor à AGE, capitalização de R\$8.000 de parte do saldo da reserva de retenção de lucros, de forma que o saldo das reservas de lucros não ultrapasse o capital social, conforme estabelecido no art. 199 da Lei 6.404/76. Com esse aumento, o capital social passará a ser de R\$148.431 sem alteração da quantidade de ações.

13.6 Reserva Especial de dividendos

A parcela destinada aos dividendos mínimos obrigatórios calculados a razão de 25% do lucro líquido ajustado, apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$33.181 foram destinados a reversa especial de dividendos. De acordo com os termos do Art. 202 § 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, estes montantes, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir. Em Assembleia Geral Ordinária de 15 de abril de 2021 foi aprovado o pagamento de R\$9.949 de dividendos, pagos em 13 de maio de 2021. Em Reunião de Diretoria, realizada em 13 de maio e 12 de agosto de 2021, foi autorizado o pagamento de R\$3.634 e R\$6.630 de dividendos, pagos em 13 de maio e 12 de agosto de 2021, respectivamente, com utilização do saldo da reserva especial de dividendos

13.7 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 de 15 de dezembro de 1976, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	39.305	58.974
Reserva legal - 5%	(1.965)	(2.328)
Lucro líquido ajustado	37.340	44.241
Dividendos obrigatórios (25%)	9.335	11.060
. Valores pagos em 26 de maio de 2021 correspondem a R\$0,018144648 por ação ordinária (*)	2.548	-
. Valores pagos em 26 de agosto de 2021 correspondem a R\$0,016397157 por ação ordinária (*)	2.303	-
. Dividendos a pagar - R\$0,031931498 por ação ordinária	4.484	-
. Dividendos a pagar - R\$0,086165558 por ação ordinária	-	11.060
. Reserva especial de dividendos - R\$0,2584984249 em 2020 por ação ordinária	-	33.181
Total dos dividendos	9.335	44.241
% sobre o lucro líquido ajustado	25%	100%

(*) Os dividendos antecipados aprovados em Reunião da Diretoria, de 13 de maio, 12 de agosto de 2021 foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de março e 30 de junho de 2021, respectivamente.

14 Receita operacional

	2021	2020
Receita de construção da infraestrutura	-	35.091
Ganho (Perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	-	(20.311)
Receita das margens da obrigação de performance da construção	-	42.092
Receita de operação e manutenção	5.532	4.496
Receita de remuneração do ativo de contrato	49.044	46.208
Outras receitas	1.570	1.130
Total de receita operacional bruta	56.146	108.706
Deduções da receita operacional		
PIS Corrente	(46)	(29)
PIS Diferido	(319)	(723)
COFINS Corrente	(213)	(135)
COFINS Diferido	(1.471)	(3.375)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(429)	(331)
Taxa de fiscalização	(191)	(106)
Dedução da receita	(2.669)	(4.699)
Receita operacional líquida	53.477	104.007

15 Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto.

	De Operação	Despesas Gerais e Administrativas	2021	2020
Pessoal	-	736	736	818
Entidade de previdência privada	-	25	25	45
Programa de remuneração variável (ILP)	-	88	88	78
Material	2	3	5	8
Serviços de terceiro	3.582	494	4.076	2.947
Depreciação e amortização	-	14	14	15
Custo de construção	-	-	-	33.810
Outras	87	87	174	112
	3.671	1.447	5.118	37.833

16 Lucro por ação básico e diluído

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	39.305	58.974
Média ponderada das ações	137.413	113.808
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ (*)	0,29	0,52

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

17 Cobertura de Seguros

A política de Seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2021	2020
Risco Operacional	13/03/2032	80.000	114	151
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2022	90.000	11	4
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2023	75.000	-	1
			125	156

18 Instrumentos financeiros e gerenciamentos de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2021		2020	
		Contábil	Contábil	Contábil	Valor justo
Custo amortizado:					
Caixa e equivalente de caixa		12.869	12.869	205	205
		12.869	12.869	205	205

Valor justo por meio do resultado

Aplicações financeiras no mercado aberto	2	-	-	18.613	18.613
		-	-	18.613	18.613

PASSIVO	Nível	2021		2020	
		Contábil	Contábil	Contábil	Valor justo
Custo amortizado:					
Fornecedores		10.303	10.303	14.482	14.482
Débitos com partes relacionadas		108.336	108.336	102.552	102.552
		118.639	118.639	117.034	117.034

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2021, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Os passivos financeiros são classificados integralmente como passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado (rubrica fornecedores). Os ativos financeiros são classificados integralmente como recebíveis (rubricas caixa e equivalentes de caixa).

Gerenciamento de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível no web site da controladora Energisa) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia, através da controladora, conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro

Gerenciamento dos riscos de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não operou com derivativos.

Gerenciamento dos riscos de liquidez

Suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O recebimento da parcela de indenização das instalações referente ao SE representa importante fonte de geração de caixa para a Companhia conseguir cumprir seu planejamento financeiro para os próximos exercícios. A Companhia faz gestão de eventuais alterações no cronograma e processos judiciais que possam impactar os recebimentos.

19 Meio ambiente

Na implantação e operação dos ativos de transmissão da Companhia são realizados todos os cuidados ambientais necessários para evitar e/ou mitigar os impactos socioambientais inerentes ao empreendimento, traduzidos em programas específicos, validados junto aos órgãos ambientais licenciadores. Ressalta-se ainda que os programas e projetos socioambientais desenvolvidos estão alinhados ao desenvolvimento sustentável da região. Merecem atenção algumas ações as quais são destacadas abaixo:

1. Programa de Gestão Ambiental da Operação - O objetivo geral do Programa de Gestão Ambiental da Operação é dotar o empreendimento de uma estrutura eficiente capaz de avaliar e gerir de forma constante as ações da operação sob a ótica ambiental, apresentando resultados e indicando medidas de controle ambiental da operação da Linha de Transmissão (LT) 230kV SE Rio Verde Norte - SE Jataí C1 e C2 - CD.

2. Controle e Monitoramento de Processos Erosivos - Ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, cujo desdobramento de ações tem por objetivo estabelecer e padronizar atividades preventivas e corretivas que visem promover o controle e monitoramento dos processos erosivos que possam ocorrer durante a operação do empreendimento. As ações propostas são empregadas tanto nos pontos onde há erosão ocorrendo bem como na prevenção ao surgimento de novos processos erosivos.

3. Gestão de Resíduos Sólidos - o Ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação e tem por objetivos reduzir a geração de resíduos na fonte primária, adequar a segregação na origem e assegurar o correto manuseio, armazenamento temporário e destinação final dos resíduos sólidos ou disposição final de rejeitos, de modo a controlar e minimizar riscos ao meio ambiente, aos trabalhadores e às comunidades próximas ao empreendimento.

4. Programa de Comunicação Social - programa busca estabelecer um fluxo de comunicação e informação entre os mais diversos públicos e o empreendedor, por meio da utilização de estratégias e canais de comunicação eficazes, utilizando linguagem clara, permitindo, então, o compartilhamento de informações de forma sistemática e transparente, visando reduzir ao máximo os conflitos potenciais e problemas relacionados à instalação do empreendimento.

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. A Companhia possui Licença de Funcionamento (Operação) nº 78/2020 emitida em 17 de fevereiro de 2020 com vencimento em 17 de fevereiro de 2030 para o trecho SE Rio Verde Norte - SE Jataí.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2021, os montantes investidos nesses programas e práticas totalizaram R\$546 (R\$1.051 em 2020), contabilizados em despesas operacionais.

Empresa	Trecho	Licenças expedidas		
		Licença instalação nº	Data Emissão	Vencimento
EGO I	SE Rio Verde Norte - SE Jataí	703/2018	06/05/2019	05/05/2022

(*) As informações estão fora do escopo dos auditores independentes.

20 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2021 e 2020, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2021	2020
Atividades operacionais		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	49.044	46.208
Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão	-	26.277
Atividades de financiamento		
Aumento de Capital	-	58.210

Diretoria Executiva

Gabriel Mussi Moraes

Diretor Presidente e Diretor de Transmissão

Maurício Perez Botelho

Diretor Administrativo

Alexandre Nogueira Ferreira

Diretor sem Designação Específica

Vicente Côrtes de Carvalho

Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

Rodolfo da Paixão Lima

RJ-107310/O-0 - Contador

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Diretores, Conselheiros e Administradores da
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S.A.
Cataguases - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Goiás Transmissora de Energia I S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria e o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ093771/O-9